



Representações sobre o Canto e o Ensino da Música: entre a socialização, a arte e a interpretação do texto (1920-1930)¹

Representaciones sobre el Canto y la enseñanza de la Música: entre la socialización, el arte y la interpretación del texto (1920-1930)

Representations about Singing and Music Teaching: socialization, art and text interpretation (1920-1930)

GEISA MAGELA VELOSO²

Resumo

O artigo discute o ensino da música e dos cantos escolares em Montes Claros e região norte mineira, conferindo visibilidade aos discursos e prescrições oficiais, apropriações e práticas produzidas pelas professoras nos cursos primário e normal. No período investigado, os cantos escolares e o ensino da música se associam aos esforços da escola para educar as novas gerações e produzir o novo cidadão, imerso no ambiente civilizado, que partilha uma nova sociabilidade e é capaz de conviver em grupo. Por uma abordagem pragmática e utilitária a letra da música também é tomada como recurso para o ensino da leitura e da interpretação.

Palavras-chave: Ensino da Música; Canto; Interpretação de Texto; Socialização; Cantos Escolares.

¹ A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a quem agradecemos. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros, sob parecer 2522, em conformidade com a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: velosogeisa@gmail.com

Resumen

El artículo aborda la enseñanza de la música y las canciones de la escuela en Montes Claros y la región norte minería, dando visibilidad a los discursos y las regulaciones oficiales, apropiación y prácticas producidos por los profesores de los cursos primaria y normal. En el periodo investigado, canciones escolares y la enseñanza de la música se asocian con los esfuerzos de la escuela para educar a las nuevas generaciones y producir nuevo ciudadano, inmerso en el ambiente civilizado que comparte una nueva sociabilidad y es capaz de llevarse bien en un grupo. Un enfoque pragmático y utilitario las letras de la música también se toma como un recurso para la enseñanza de la lectura y la interpretación.

Palabras clave: Educación Musical; Canto; Comprensión del texto; Socialización; Canciones de la escuela.

Abstract

This article discusses the teaching of music and school songs in Montes Claros and in the region of the north of Minas Gerais giving visibility to the official discourses and regulations, to the appropriations and practices produced by teachers in primary and regular courses. During the investigated period, school songs and music teaching are associated with the efforts of the school to educate the new generations and produce the new citizen immersed in the civilized environment which shares a new sociability and is able to live in groups. A pragmatic and utilitarian approach to lyrics is also taken as a resource for the teaching of reading and interpretation.

Keywords: Music Teaching; Singing; Reading Comprehension; Socialization; School Songs.

Recebido em: março de 2016

Aprovado para publicação em: junho de 2016

A pesquisa situa-se no âmbito da História Cultural, em que utilizamos os conceitos de representação, apropriação e prática, propostos por Chartier (1990, 2002), como referência teórica para análise da realidade. O objetivo do estudo é discutir o ensino da música e os cantos escolares em Montes Claros e região norte mineira, conferindo visibilidade aos discursos e prescrições oficiais, às apropriações e práticas produzidas pelas professoras nos cursos primário e normal.

Como fontes documentais para acessar a realidade, utilizamos a Revista do Ensino-MG, o jornal Gazeta do Norte e o jornal O Operário. A Revista do Ensino é uma publicação periódica da Inspectoria de Instrução do governo de Minas Gerais, importante recurso de divulgação pedagógica e viabilização do projeto de reforma pretendido para as escolas do Estado. As publicações da revista visavam quebrar a resistência de professores conservadores, levando-os à adesão aos novos métodos, em atendimento ao propósito de construção de uma escola nova e moderna. A Revista foi criada pelo Regulamento do Ensino, que em seu artigo 479 indica o seu objetivo educativo: “(...) orientar, estimular e informar os funcionarios do ensino e os particulares interessados em assumptos com este relacionados” (REVISTA DO ENSINO, 1925, p. 01). Com Hamdan (2008), consideramos que o uso de periódicos impressos nos estudos históricos tem sido importante recurso, por representar a ampliação de fontes e permitir a compreensão dos processos pelos quais as ideias são conformadas e postas em circulação.

O jornal Gazeta do Norte é um semanário fundado em Montes Claros, no mês de julho de 1918 e que circulou na cidade e região norte-mineira até o ano de 1962. Pela relação do seu diretor proprietário com a Escola Normal e com a educação, o advogado e professor de história, José Thomas de Oliveira, abriu espaço para discutir questões de interesse da educação, fazer denúncias de problemas e empreender campanhas educativas, publicando notícias, artigos, conferências, orientando práticas e disseminando saberes entre os professores, pais e comunidade.

O jornal O Operário é um semanário da União Operária e Patriótica, que circulou em Montes Claros no período de 1931 a 1945. Inicialmente, o jornal se auto denominava como defensor da classe proletária, sendo que, a partir de 30 de setembro de 1933, o jornal afirma-se como semanário em defesa dos interesses locais.

A opção pelo jornal como fonte documental se justifica pela explícita intencionalidade educativa dos periódicos aos quais tivemos acesso. Assim como ocorreu no contexto brasileiro no início do século XX, os jornais montes-clarenses revelam uma perspectiva iluminista em relação ao seu público leitor, assumindo uma finalidade formativa e complementar à escola. Desta forma, a atividade jornalística se constituiu como fenômeno urbano, colado a um projeto de civilização da população, de modernização da vida cotidiana, de inserção da cidade no movimento de mudança e progresso social. Para Araújo (2002), “pode-se afirmar que o jornalismo resulta como um componente estruturador e construtor da sociedade urbana e industrial. A atividade jornalística surge para dar sustentação a esse tipo de sociedade” (2002, p.104).

A discussão realizada neste artigo situa-se nas décadas de 1920 e 1930, em um contexto de transformações sociais e políticas intensas, em que os brasileiros empreendem ações diversas visando o progresso, o desenvolvimento e construção de um país moderno. Este é um contexto em que educação se apresentou como alternativa de solução para uma série de problemas, por ser considerada como dispositivo capaz de preparar, tanto as elites como as populações iletradas, para o trabalho de transformação da realidade e a construção da nação brasileira.

Araújo (2004) lembra que, nos anos de 1920 havia uma ambiência cultural adequada às mudanças, pretendia-se a “reforma da sociedade pela reforma do homem”, e isto seria efetivado pela educação escolar. “Poder-se-ia dizer que, raras vezes, o Brasil esteve tão envolvido em busca de si mesmo como nos anos 1920-30” (2004, p. 135). Para a autora, havia uma geração empenhada em fabricar um Brasil moderno, em que se apostou na educação escolar integral, de pilares científicos, que produziria a unidade nacional necessária à constituição da sociedade como nação. “Aliás, uma formação cultural integral de ordem moral, literária e física estava articuladamente presente em várias produções educacionais dos anos 1920-30” (ARAÚJO, 2004, p. 135).

Com a revolução de outubro de 1930, o ideário do Brasil moderno ganha certa materialidade, em razão da regulação estatal de talhe centralizador e conservador, mas, também, impulsionador do desenvolvimento da indústria, do capitalismo e da ciência (ARAÚJO, 2004).

Neste contexto se inserem as discussões relativas à educação musical. Conforme Oliveira (2008), a música, sob a forma de canto escolar, é adotada como instrumento civilizador, por seu conteúdo estético e pelo conteúdo moral inscrito nas letras das canções, como também pelo valor higienizador dos exercícios respiratórios na aula de canto. Conforme o autor, durante boa parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os defensores da música como disciplina integrante dos currículos se posicionavam em favor da instituição desta prática nas escolas. Notadamente, esta defesa se ancorava em argumentos e debates externos ao campo da educação musical – especialmente no ideário higienista e no método intuitivo, que prescreviam estratégias de educação dos sentidos na escola primária.

Ao discutir a educação musical no Brasil, Oliveira (2008) lembra que, no governo Vargas (1930-1945), o civismo teve seu corolário nos conceitos de raça e pátria, que legitimaram o ensino do canto como disciplina escolar obrigatória a partir de 1934. Conforme Lemos Júnior (2005), com a Reforma do ensino proposta por Francisco Campos em 1931, ocorre a chamada nacionalização do Canto Orfeônico, que tornou-se disciplina obrigatória graças à atuação de Villa Lobos, que além de apresentar as diretrizes de ensino do Canto Orfeônico na escola, preocupou-se com a formação de professores qualificados para tal empreitada (LEMOS JÚNIOR, 2005).

Ao discutir a origem do canto orfeônico, Lemos Júnior (2005) lembra que esta nomenclatura seria uma homenagem ao mitológico Orfeu, uma divindade grega que emocionava qualquer ser vivo com sua lira. A atividade de Canto Orfeônico consistia na formação de grupos vocais, “a capella”, em que o canto ocorre sem acompanhamento de instrumentos musicais, sendo esta uma prática que se distinguia do tradicional coral, devido a seu caráter simples, voltado a um público leigo. No Brasil, os primeiros relatos sobre as práticas do canto orfeônico datam de 1910, em que Carlos Alberto Gomes Cardim, instituiu esta modalidade de ensino musical em uma escola pública de São Paulo. Posteriormente, na década de 1930, o ensino de Canto Orfeônico tornou-se oficialmente uma disciplina obrigatória no curso ginásial, graças à atuação de Villa-Lobos junto ao Governo Brasileiro (LEMOS JÚNIOR, 2005). Mesmo criticado por sua ligação ideológica com o regime autoritário de Vargas, Oliveira (2002) lembra que o projeto orfeônico de Villa Lobos alcançou enorme sucesso nas décadas de 1930 e 1940.

Citando Souza (1991/1993), Oliveira (2002) destaca que, apesar da hegemonia do projeto orfeônico, foi produzido intenso debate sobre a questão. De um lado, educadores brasileiros favoráveis ao programa governamental e, do outro, educadores filiados à pedagogia musical inspirada nos preceitos escolanovistas, que pregavam o desenvolvimento de práticas

que partiam das vivências musicais dos alunos. Esta tendência não obteve projeção nacional, embora seja possível afirmar que em Minas Gerais tenha sido preponderante.

Em Minas Gerais, as discussões relativas ao canto se fizeram presentes nas escolas, mas as prescrições oficiais não pregavam o canto orfeônico como única proposta de trabalho dos professores e alunos. Oliveira (2008) lembra que o Regulamento do Ensino Primário, promulgado em 1927 e que inaugurou a Reforma Francisco Campos em Minas Gerais, destacava a arte como ferramenta educativa. O regulamento previa reuniões quinzenais nos auditórios das escolas, que deveriam se constituir como oportunidade para audição de músicas e práticas de canto coral, exposições por professores e alunos, como também palestras sobre temas da atualidade. O regulamento previa que, nas comemorações gerais e nas datas nacionais, como festa da bandeira, dia da árvore, dia das mães e outros, os diretores e professores dos grupos escolares e escolas reunidas deveriam comparecer e tomar parte dos festejos. Em relação a estas festas e comemorações escolares, o autor destaca o papel essencial atribuído ao canto. Nessas ocasiões, o diretor ou um dos professores ficaria encarregado de produzir um discurso, sendo que, após esta aula de educação cívica, os alunos deveriam entoar hinos e cânticos patrióticos (OLIVEIRA, 2008).

Neste contexto de discussão, o presente artigo apresenta duas facetas do ensino da música e dos cantos escolares. Na 1ª seção, abordamos a inserção da música como disciplina escolar em Montes Claros-MG, apresentando discussões que tomam a arte e a música como objetos de ensino na escola primária e normal, visando à educação e a ampliação do universo cultural dos alunos. Na 2ª seção, a discussão é relativa ao uso das letras das músicas como objeto de trabalho para o ensino da interpretação de textos na escola.

O ensino da música em Montes Claros e região norte-mineira

Em Montes Claros e região norte-mineira, a música esteve presente como disciplina escolar, desde a década de 1920. No ano de 1923, o jornal Gazeta do Norte anuncia os dados de aprovação nos exames finais da Escola Normal de Montes Claros. Nas disciplinas Desenho, Costura, Trabalhos Manuaes, Gymnastica e Geometria, todos os alunos foram aprovados; em Geographia, 03 foram reprovados; em Arithmetica o número de reprovados foi de 09 alunos; enquanto que a disciplina Música reprovou 16 alunos, número somente inferior a Portuguez, cuja reprovação foi de 23 alunos (GAZETA DO NORTE, 1923).

É curioso notar que este número de alunos que fracassam coloca a disciplina musical com o segundo maior índice de reprovações – fato que pode indicar o grande rigor nas avaliações, bem como a importância atribuída a este componente curricular. Lemos Júnior (2005) lembra que o sucesso da educação musical no país, ficou comprometido devido à formação deficiente de professores de Canto Orfeônico. O problema foi bastante discutido durante as décadas de 1930 e 1940, e na década de 1950 a dificuldade se amplia, pois havia quase o dobro de alunos matriculados nas escolas brasileiras, quando comparado às décadas anteriores. “Mesmo com a criação de cursos emergenciais visando à formação de professores de Canto Orfeônico, que por muitas vezes foram atacados pelo dubitável nível de qualidade, o problema não foi resolvido” (2005, p. 108).

É nesse contexto de dificuldades em relação ao trabalho com educação musical que, em 1924, o jornal Gazeta do Norte anuncia a chegada a Montes Claros da musicista Dulce Sarmiento, que havia “concluído com brilhantismo o seu curso de normalista pela Escola Normal de Belo Horizonte” (GAZETA DO NORTE, 1924, p.03) e assume o ensino de música na Escola Normal Oficial de Montes Claros. No ano de 1927, a partir da publicação do Regulamento do Ensino Primário pelo governo de Minas Gerais, a Escola Normal Oficial de Montes Claros promove mudanças na educação musical ofertada no curso de formação de professores para as escolas primárias. Pela incorporação de atividades desenvolvidas nas grandes cidades, a disciplina inclui a prática do canto e passa a ser denominada de Música e Canto Coral (GAZETA DO NORTE, 1927). Em 1933, o jornal Gazeta do Norte discute as atividades da Escola Normal, destacando os “grandes melhoramentos” que seriam introduzidos nos processos escolares, dentre eles é conferido destaque para o “Orpheon Escolar, que ficará sob a direção dos professores d. Dulce Sarmiento e dr. Alvaro Marcilio” (GAZETA DO NORTE, 1933a).

Nesta época, décadas de 1920-1930, o trabalho com música, canto e coral se associava à possibilidade disciplinar e ao desenvolvimento do civismo e amor à pátria. Na Revista do Ensino, que se ressentia da falta de educação moral e cívica dos alunos, os discursos indicam a necessidade de não limitar a questão aos horários de aula. Nas representações da professora Maria Stael Bittencourt, a educação moral e cívica deveria estar presente em todo o tempo em que o aluno permanecesse na escola. A professora afirma que ninguém ignora que o caráter e o civismo de um povo são os maiores fatores de progresso de uma nação.

Apezar disto, um dos ensinamentos que mais descurados têm sido em nossas escolas é, incontestavelmente, o de moral e cívica. Isto, porque não há, no horário, tempo determinado para tal disciplina. No entanto, o ensino de moral e cívica não pode figurar no horário, pois será ministrado a cada passo, em toda a ocasião oportuna, e deverá ser a preocupação máxima do professor primário! (BITTENCOURT, 1927, p. 543)

Em 1929, a revista orienta as Escolas Normais para que sejam organizadas conferências, cujos temas fossem escolhidos entre os que tenham sido investigados pelos alunos. Por ser “um centro de grande irradiação cultural”, a escola deveria abrir-se e acolher a comunidade, em que as atividades pudessem contar “com a audiência de estranhos”. Nesse sentido, orienta, que “o programma deve ser cuidadosamente elaborado, devendo os temas formar um verdadeiro curso, numa série de estudos comentados” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 99).

Seguindo estas orientações do Regulamento do Ensino Primário, na Escola Normal Oficial de Montes Claros, a disciplina musical, associada a outras atividades artísticas e culturais, ganha visibilidade nos festejos de datas cívicas, encerramentos de ano letivo e outras ocasiões, em que os alunos se faziam presentes e apresentavam peças musicais, poemas, recitativos, bailados, desfiles e outras atividades, que visavam ao civismo e amor à pátria, das quais participaram os professores e a comunidade escolar, para as quais a escola e a praça se tornaram palco. Em 1927, a comemoração da abolição da escravatura contou com sessão solene na Escola Normal, que “organizou atrahente festividade cívica”, que constou de diversas atividades: chamada e dissertação da professora Artimínia Maurício; Saudação à Bandeira por

David de Souza; declamação do poema “Pássaro capturado”, por Maria da Glória Procopio, do poema “O patriota”, por Benedicta de Souza e “O sétimo”, por Maria da Glória Oliveira; apresentação da canção “A Gaúcha” em coro pelos alunos e “Noites de São João” em coro pelos presentes. Para encerrar, foi realizado desfile pelos alunos (GAZETA DO NORTE, 1927).

De forma semelhante, no ano seguinte, a Escola Normal Oficial “solemnizou de maneira brilhante a data de aniversário da abolição da escravidão em nossa querida Pátria”. Na ocasião foi realizada palestra, em que foi examinado o problema da escravidão e, ao ser “encerrada a sessão tiveram os presentes oportunidade de assistir as evoluções dos meninos que se revelaram bem adestrados e disciplinados” (GAZETA DO NORTE, 1928, p. 01). O encerramento das atividades do 1º semestre letivo foi produzido como acontecimento pela Escola Normal, ocasião em que “organizou-se ali magnífica e atraente festa cívica que constou de discursos, poesias e comédias, na qual tomaram parte professores e alunos do curso normal e das classes anexas” (GAZETA DO NORTE, 1931a, p. 01).

Para comemorar o Dia da Bandeira, a Escola Normal Oficial promoveu conferência para a comunidade, ocasião em que se afirma o sentimento cívico como elemento fundamental para construção da nação. O conferencista José Thomaz de Oliveira aborda a necessidade de se ensinar aos jovens a amar e venerar a bandeira como forma de demonstrar civismo e amor à pátria. Em seu discurso, “faz votos para que esse culto a Bandeira seja capaz de robustecer nossa fé e estimular a união de nossa gente num sentimento nacionalista que nos preserve dos grandes males que a indiferença nos possa trazer dos quais é menor a infiltração estrangeira em suas várias modalidades” (GAZETA DO NORTE, 1928, p. 01). A Escola Normal também comemorou o Dia das Mães, em 15 de agosto, ocasião em que se realizou concorrida sessão solene, “sendo executado esplêndido programa, que agradou amplamente a quantos ali estiveram”, com conferência para as mães e execução de hinos pelas alunas (GAZETA DO NORTE, 1931b, p.01).

Por ocasião do centenário de fundação da cidade de Montes Claros, foram organizadas e desenvolvidas atividades festivas, em que se destacou o desenvolvimento de projetos de estudo, em que os alunos da Escola Normal e Classes Anexas exploraram aspectos da vida econômica e social da cidade, como também aspectos culturais – trabalhos manuais, música, canto, folclore e canções regionais. Na sessão de auditório na Escola Normal “foi realizado um programa atraente e interessante”, sendo que a parada escolar contou com participação dos alunos do Grupo Escolar, das classes anexas, da Escola Normal e do Colégio Imaculada Conceição.

A essa festa cívica compareceram numerosas pessoas, enchendo literalmente a praça que apresentava belo aspecto.

Os alunos da Escola Normal Oficial realizaram interessantes exercícios, com acompanhamento da Banda Euterpe Montes Clarense, sob a direção da profa Lília Camara, sendo grandemente aplaudidas.

Cerca de duas mil crianças ali formaram, sendo de destacada a ordem e disciplina com que se portaram (GAZETA DO NORTE, 1932, p. 01)

O canto e outras atividades culturais apresentavam uma finalidade educativa, estética, disciplinar e civilizatória, sendo que as apresentações de dança e ginástica, os recitativos, as paradas cívicas, etc conferiam visibilidade aos processos educativos desenvolvidos no espaço

da escola. Neste período, não apenas em Montes Claros, mas em todo o Brasil, o canto como disciplina escolar teve uma ampla penetração nas escolas primárias e secundárias, em que a música e outras formas de arte se fizeram presentes em diferentes eventos e atividades comemorativas. Ao discutir a questão, Araújo (2004) lembra que: “A década de 1920 foi pródiga em reverenciar símbolos nacionais (hinos, bandeiras, datas comemorativas, heróis, estátuas, obras e instituições), sobretudo durante as festividades em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, em 1922, como que garantidores de uma coesão social e de uma identidade dos indivíduos com a nação” (2004, p. 135). Conforme Oliveira (2008), nas décadas de 1930 e 1940, a educação musical acabou por se constituir em um dos meios que o governo Vargas encontrou para difundir a sua ideologia nacionalista, que tinha a educação e a saúde como principais estratégias para a reconstrução nacional. E assim, toda a política desenvolvida pelo Ministério da Educação, Saúde e Instrução Pública visava à formação de uma “raça forte” e civilizada, capaz de contribuir com o seu trabalho para o engrandecimento da pátria.

Este é um contexto em que a escola se torna espaço para o espetáculo, em que a arte se torna dispositivo para dar visibilidade ao civismo e ao sentimento de patriotismo, em que se destacam as exposições públicas de ginástica e as grandiosas concentrações e apresentações orfeônicas. “A espetacularização do saber escolar, percebida através de suntuosas festividades públicas, durante a primeira metade do século, era parte integrante do cotidiano das grandes cidades” (OLIVEIRA, 2008, p. 170).

Em Montes Claros, a população não era maior do que 10.000 habitantes, mas se integrou a este movimento, dada a força da sua Escola Normal Oficial e dos intelectuais montes-clarenses, que pretendiam que a cidade se aproximasse dos grandes centros evoluídos. Nas representações disseminadas em Montes Claros, mais do que demonstrar patriotismo e amor à pátria, as práticas educativas recebiam o influxo da Reforma Francisco Campos e do movimento da Escola Nova, que pregavam os benefícios educativos das práticas de socialização. Em diferentes oportunidades, Raymundo Netto, diretor da Escola Normal de Montes Claros, discutiu a questão, apontando a sociabilidade e o trabalho com a comunidade como um dos três problemas fundamentais da educação. O professor é veemente em afirmar que o ensino deveria considerar os interesses da criança e não poderia se separar da vida, posto que o lema da Escola Nova era “aprender-vivendo e vivendo em sociedade”. Em conferência para a comunidade escolar o professor enaltece “a educação social” nas escolas, “baseada nos princípios de humanidade, auxílio-mutuo, confraternização, espírito de cooperação e livre expansão da personalidade; únicos factores capazes de preparar o mundo para advertir da Paz entre os homens” (RAYMUNDO NETTO, 1934, p. 02).

A preocupação com a vida em grupo era tão demarcada que, no ano de 1933, a Escola Normal Oficial de Montes Claros já houvera instituído a prática das “Aulas de Socialização”, um espaço privilegiado para as manifestações artísticas e culturais, que visavam à formação da juventude. Ao consultar a programação destas aulas é possível perceber o quanto elas eram valorizadas pela escola no atendimento ao propósito educativo de favorecer a integração social dos alunos. Na reunião de lançamento foi desenvolvido o seguinte programa: Poesia, por Ruth Valle; Canto coral de “Noites de Luar”; Número de canto, por Ieda Sarmento; Apresentação literária, denominada “O Trabalho”, por Mary Bessoni; Apresentação de trabalho próprio por Helena Santos; Canto coral de “Garimpeiro do Rio das Garças”; Perfil de um professor, por Luisa Freire; Número de música, por Flora Pires; Número de música e canto por Yeda Mauricio e Alaide Amorim (GAZETA DO NORTE, 1933b).

Em relação a esta Aula de Socialização realizada na Escola Normal Official, o jornal O Operário destaca o “magnífico programa” desenvolvido pelos alunos, composto por atividades de declamação, canto e música. Na publicação do jornal, a ênfase é conferida à finalidade da atividade que atendia aos princípios da moderna pedagogia. Para o jornal:

Deram realce a festa as alunas (...), cujos números foram executados com graça e arte, evidenciando o esforço do ilustrado corpo docente do estabelecimento em ministrar as suas alunas um ensino eficiente e completo, num regimem de verdadeira camaradagem, tão consentâneo com as normas pedagógicas modernas (O OPERÁRIO, 1933, p. 04).

O Curso de Educação Physica, fundado em 1934 pelo acadêmico Adherbal Senna, recém-chegado da capital da república, reafirma esse propósito educativo e socializador. Na ocasião, o jornal montes-clarense Gazeta do Norte divulgou o fato, destacando-o como um “noticia auspiciosa para a nossa mocidade”. A direção da instituição pretendia realizar “festas mensaes que constarão de demonstraões de gymnastica por rapazes e moças, competiões de lucta livre, canto e dansas e campeonato de natação”. O jornal ainda destacou a finalidade do curso, “destinado ao aperfeiçoamento physico e esthetico dos moços e moças montesclarenses” (GAZETA DO NORTE, 1934, p.01). Ainda conforme o jornal:

A Gymnastica, hoje em dia, é complemento indispensável à educação da mocidade. E os modernos methodos eugenicicos postos em pratica nos grandes centros vão apresentando os mais belos resultados, concorrendo para a pureza physica da raça, realizando o grande milagre proclamado do *mens sana in corpore sano* (GAZETA DO NORTE, 1934a, p.01).

Também no ano de 1934, a Escola Normal de Montes Claros criou o “Gremio Social Alberto Torres” e o “Gremio Musical Carlos Gomes”, destinados a promover o desenvolvimento social dos alunos. Como ações para se atingir os objetivos, os associados promoviam festas, atividades de socialização, conferências, propaganda dos novos ideais educativos para os pais de família, quermesse, publicações e outras ações que promovessem a aproximação entre escola e família.

As duas instituições, organizadas e dirigidas pelos próprios alunos, sob a orientação dos professores, têm por finalidade máxima:

1-Desenvolver o espirito social dos alumnos, considerando os seguintes factores educativos:

- a) - espirito de colaboração, ordem, disciplina, amor ao Bello.
- b) - iniciativa, solidariedade e senso de responsabilidade.
- c) - coragem e lealdade.
- d) - amor a Montes Claros, ao Brasil, e espirito de humanidade.

Em diferentes ocasiões foram realizados encontros festivos, com a participação direta da comunidade, de professores e alunos das escolas primárias e da Escola Normal (GAZETA DO NORTE, 1934b, p.01).

Apesar da grande visibilidade produzida por estes festejos, Augusta Guimarães, aluna da Escola Normal Oficial de Montes Claros, lembra que a socialização não poderia ser confundida com a realização de atividades de auditório. Para a aluna, a socialização visava criar o trabalho solidário e em comunidade, sendo esta uma prática que deveria ser produzida no cotidiano da sala de aula, nas diferentes atividades escolares.

Há quem pense que nos auditoriuns é que se faz a socialização, porque neste é que há contato com a sociedade. Mas muitas vezes é nesta instituição escolar que a professora vem mostrar que a sua escola não socializa. Pois não organizou o auditorium, não mandou que os alumnos decorassem certos números, não determinou o horário, o local e a distribuição de papeis? Não havendo colaboração dos alumnos e sim determinações da professora não há socialização.

Socializar é fazer viver a própria vida do meio escolar, nas aulas, nas excursões, nos auditoriuns, dando oportunidade dos alumnos e creanças para todos, ricos e pobres, ocasiões de sentirem que são filhos de uma terra onde não há castas sociais. Esta deve ser a socialização da escola brasileira (GUIMARÃES, 1933, p. 01).

As publicações do Jornal Gazeta do Norte indicam que as festividades escolares eram frequentes, bem aceitas, prestigiadas por todos da comunidade e cumpriam uma finalidade educativa e formadora do cidadão necessário à sociedade – um sujeito disciplinado e ordeiro, civilizado e disposto a trabalhar por sua pátria, mas também integrado à comunidade, comunicativo, solidário, responsável, leal, cooperativo e amante da paz.

A letra da música como objeto de interpretação nas aulas de linguagem

Ao discutir o ensino da música nas escolas, Oliveira (2002) lembra que, no Brasil, a república instaura o paradigma da modernidade, sendo que a educação estética do povo se fez vital para o modelo de sociedade que se pretendia construir. Assim, a escolarização da educação musical voltou-se para a ideia de civilidade e cidadania, sendo que a disciplina canto escolar seria fundamental nesse processo. Com a república instaura-se um vigoroso debate em torno da formação de uma nova civilidade para as massas, que deveria estar ancorada em um legítimo entusiasmo cívico e, ao mesmo tempo, condizente com os padrões de modernidade e civilização.

Ainda conforme Oliveira (2002), a modernidade consolidou a compreensão da criança como indivíduo dependente, mas educável – sendo esta uma noção que, de certa forma, prevalece até hoje. E no bojo desse pensamento pedagógico moderno, a educação estética cumpriria a função de construção da autonomia das crianças.

Neste contexto de defesa do canto como possibilidade educativa, em Minas Gerais, a Revista do Ensino reserva espaço para disseminar representações e pensar a educação musical na escola. Assim, já no primeiro ano de sua publicação, em 1925, o ilustre educador José Eutrópio inaugurou o debate sobre a temática, afirmando que a educação musical estava assumindo a importância que deveria ter no espaço da escola. Numa alusão ao movimento de renovação produzido pela Escola Nova, o professor considera “que a escola vai se transformando em casa da alegria”, banindo os processos opressivos dos quais se valera até então (EUTRÓPIO, 1925, p.23).

Para cumprir a finalidade de educar a sensibilidade e a inteligência infantil, o educador destacou a necessidade de uma criteriosa escolha do repertório musical, que deveria se adequar ao nível de desenvolvimento dos alunos. Inicialmente, a escola deveria oferecer às crianças um repertório musical que primasse pela simplicidade e concisão, de forma a agradar os ouvidos infantis e se fixar na sua memória, educando a sensibilidade e produzindo o gosto musical (EUTRÓPIO, 1925).

Em 1926, a Revista novamente discute a educação musical. Desta vez é a professora Branca de Carvalho Vasconcelos que incentiva a prática do canto nas escolas, destacando que as lições deveriam ser breves, não excedendo a 10 minutos, de forma a não cansar as crianças. As aulas deveriam se constituir em momentos recreativos, de alegria e prazer. Ainda segundo a professora, o canto nas escolas era atividade importante, por exercer influência na formação da inteligência e do sentimento das crianças. Para a professora, as crianças são como passarinhos e precisam cantar (VASCONCELOS, 1926).

Como afirma Oliveira (2002), neste período, o canto não foi afirmado apenas pela possibilidade de educação estética, ao contrário, existia uma preocupação moralizante e cívica inscrita nas defesas feitas pelos educadores. Assim, a educação musical equilibrou-se entre o cívico e o estético, entre o moral e o higiênico, numa perspectiva civilizadora que produziria seus efeitos nos corações e mentes das crianças e adultos de toda aquela geração (OLIVEIRA, 2008).

Como destaca o autor, em Minas Gerais existia a preocupação da Diretoria de Ensino em utilizar o canto como uma estratégia higienizadora, através do trabalho com a respiração. Pela prática do canto as crianças poderiam aprender a respirar e adquirir o hábito de respirar bem. Como se pode perceber, o canto assumia um aspecto utilitarista– moralizante e conformador do sentimento cívico-patriótico –, paralelamente às suas finalidades estéticas e artísticas (OLIVEIRA, 2008). Outra faceta desta abordagem utilitária é identificada na Revista do Ensino, que propôs o trabalho com o canto por uma abordagem em que se tomavam as letras de música como texto a ser trabalhado com os alunos, em que o professor deveria explorar a compreensão das ideias nele inscritas.

O professor Levindo Lambert discute a importância do trabalho com o canto nas escolas, destacando a necessidade de se ajustar as práticas de ensino, de forma que a atividade não se limitasse ao cantar e se constituísse em oportunidade para o professor favorecer o desenvolvimento da compreensão das letras de música.

O canto nas escolas não tem merecido de alguns professores o cuidado que merece.

Começemos pela letra. É principio comezinho em todos os sistemas de educação que a aprendizagem está na razão direta dos interesses próprios da idade do educando. Esta é, como disse, doutrina pacífica em todas as escolas novas (LAMBERT, 1933a, p. 29-30)

Por compreender a importância da leitura compreensiva destes textos, o professor levanta questionamentos acerca da escolha das letras de hino, destacando a necessidade de se atender aos interesses e a inteligência infantis. Por isso, o professor questiona: “o ensino do canto é precedido de uma interpretação e explicação, quanto a fundo e forma, do texto literário? A criança sabe o que está cantando?” (LAMBERT, 1933a, p. 30).

O professor Lambert considera que o trabalho com os hinos deveria estar associado a uma preocupação com a leitura e compreensão do texto. Em sala de aula, a professora não deveria trabalhar o hino pelo hino, mas tomá-lo como texto e como objeto de ensino e aprendizagem. Assim, os hinos que interessam os alunos do 4º ano não interessam os pequeninos do 1º ano. Por outro lado, se as letras estão adequadas aos mais adiantados não estarão ao nível da inteligência dos atrasados. Os versos destinados aos pequeninos são corriqueiros e desinteressantes para os maiores, o que produz desgosto, má vontade e indisciplina. Neste caso, o canto se torna mecanizado (LAMBERT, 1933a).

Este ou aquele grupo não sabe o que está cantando. Quer para os adiantados ou atrasados, antes de ser posto em ensaio um canto qualquer, a letra deve ser prévia e cuidadosamente interpretada em aula de língua pátria. Feito isso, isto é, interpretada a letra e conhecida a significação de todos os vocábulos, passa-se aos ensaios da parte musical (LAMBERT, 1933a, p. 30).

Orientado por esta preocupação com os significados dos textos trabalhados na escola, o professor Lambert considera que, antes de se propor o canto, era necessário trabalhar as ideias contidas no texto a ser cantado, para se garantir a compreensão. Nesse sentido, Lambert discute a abordagem do Hino Nacional Brasileiro em sala de aula e, ao dirigir-se à professora primária, apresenta uma advertência.

Embora queira a prezada professora, preliminarmente, como convém, fazer entendida e interpretada de todos a letra do Hino Nacional, não conseguirá o seu intento, porque, inquestionavelmente, contém imagens, idéias e expressões por demais transcendentais à mentalidade das crianças (LAMBERT, 1933b; p. 42).

O professor Lambert destaca a complexidade do Hino Nacional, mas considera que, mais do que um texto difícil, a letra do Hino Nacional é “(...) completamente inacessível à inteligência dos pequeninos escolares” (LAMBERT, 1933b; p. 41). Nesse sentido, é apresentado um conselho à professora:

Creia, prezada professora, é preferível que o Hino Nacional venha mais tarde, na quadra precisa, quando a idéia de Patria se delinea e se fórma na imaginação e no sentimento da criança; quando a criança possa saber cantar, sem ferir suas cordas vocais e em prejudicar o seu aparelho de fonação (LAMBERT, 1933b; p. 42).

Além do conteúdo, o autor também aborda a extensão do Hino Nacional como um elemento dificultador da leitura e da compreensão pelos pequeninos.

Vale ainda destacar que a utilização pragmática do texto para o trabalho com outros conteúdos se fez presente não apenas em relação às letras de música, mas, também em relação às histórias lidas pelas crianças no espaço escolar. Esta preocupação da Revista do Ensino foi identificada em artigo publicado em 1927. Ao propor o trabalho com um texto de Monteiro Lobato, “O velho, o menino e a mulinha”, o professor Gustavo Pereira destaca a necessidade de se trabalhar a linguagem utilizada para escrever a história.

Abrindo-se esta pagina para as creanças, crumpre recomendar às professoras que aproveitem cuidadosamente as histórias e fábulas que aqui se publicarem, as quaes poderão ser lidas aos pequenos alumnos e explicadas não só quanto ao fundo moral, como também em relação à linguagem, em seus variados aspectos, e quaisquer minúcias que ofereçam elementos instrutivos (PEREIRA, 1927, p. 442).

Em síntese, este é um contexto em que a escola lança mão de diferentes estratégias para a consecução de seu objetivo. Educar implicava instruir e adquirir conhecimentos, mas também desenvolver o sentimento de patriotismo e civismo, em que a educação estética se fez necessária, por dar a ver o cidadão moderno e integrado ao espaço urbano. No entanto, a escola não prescinde da educação moral e cívica, sendo essencial desenvolver o senso de civismo e de amor à pátria, sendo utilizados diferentes recursos para se atingir este objetivo.

Considerações Finais

Nesse artigo, discutimos a presença da música na escola primária e no curso normal, em que este componente curricular encontrava-se intrinsecamente ligado à ideia de modernidade, progresso e desenvolvimento. Por estarem associadas a propósitos sociais e não meramente escolares, e visando atender a esses propósitos educativos, a educação musical e a música apresentam-se como preocupação da escola, por um processo em que a arte se associa aos esforços de escola para educar as novas gerações. Nas décadas de 1920 e 1930, no lar e na sociedade, a educação apresenta-se como alternativa capaz de produzir o novo cidadão, que não apenas sabe ler, mas encontra-se imerso no ambiente civilizado e partilha de uma nova sociabilidade.

No contexto montes-clarense, a Escola Normal de Montes Claros e a imprensa manifestam-se de forma contundente em favor da educação e da instauração da modernidade e da civilização. Assim, todas as iniciativas voltadas para este propósito recebem apoio integral, são divulgados e constituem-se como objeto de discussão, de forma a se produzir a sincronia

entre educação estética e moral, entre educação escolar e doméstica. Nesse contexto a música e outras formas de arte apresentam-se como possibilidade de socialização e convivência, para educação física, moral, cultural e intelectual dos estudantes. Por uma abordagem pragmática e utilitária, a música é tomada como objeto de ensino nas aulas de leitura, visando ao desenvolvimento das habilidades de compreensão e interpretação dos textos, por um processo em que as letras se tornam objeto de estudo.

Em síntese, por sua capacidade de educar as novas gerações, os cantos escolares e a música se constituem em importante recurso educativo, sendo utilizados para formar os cidadãos necessários a uma nova sociedade, para a convivência em grupo e para seu o bem-estar físico e mental.

Fontes Documentais

BITTENCOURT, Maria Stael. A educação moral e cívica nas nossas escolas. Belo Horizonte: REVISTA DO ENSINO: Orgam Oficial da Directoria da Instrução. Ano III. n. 23, outubro de 1927 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

EUTROPIO, José. Do canto nas escolas: sua utilidade. Belo Horizonte: REVISTA DO ENSINO: Orgam Oficial da Directoria da Instrução. Ano I. n. 8, outubro de 1925 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

GAZETA DO NORTE. Encerramento solemne do ano letivo da Escola Normal. Montes Claros: Jornal Gazeta do Norte. Anno VI. no 279. 24 de março de 1923(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes)

GAZETA DO NORTE. Nova Normalista. Montes Claros: Jornal Gazeta do Norte. Anno VI. no 301. 26 de abril de 1924(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes)

GAZETA DO NORTE. A data de hontem. Montes Claros: Gazeta do Norte. Edição comemorativa do aniversário do jornal. Anno IX. no 533, 14 de maio de 1927(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Indicador geral da cidade de Montes Claros. Montes Claros: Gazeta do Norte. Edição comemorativa do aniversário do jornal. Anno IX. no 547, 06 de julho de 1927(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Festa na Escola Normal. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XI. no 647, 24 de novembro de 1928(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. 13 de Maio na Escola Normal. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XI. no 672, 13 de maio de 1929(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Pela Instrução Escola Normal. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XIII. no 769, 12 de junho de 1931. (1931a)(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Pela Instrução Escola Normal. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XIII. no 774, 22 de agosto de 1931. (1931b)(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes) (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Centenario de Montes Claros. Foram brilhantes as festas comemorativas da grande data. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XV. no 834, 22 de outubro de 1932(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Pela Instrução - Escola Normal Official. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XV. no 849, 07 de fevereiro de 1933 (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da da Unimontes) (1933a)

GAZETA DO NORTE. Escola Normal Official. Uma interessante aula de socialização. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XVI. no 877, 26 de agosto de 1933(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes) (1933b)

GAZETA DO NORTE. Curso de Educação Physica de Montes Claros. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XVII. no 928, 01 de setembro de 1934 (1934a)(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Pela instrução - Escola Normal Official. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XVII. no 915, 26 de maio de 1934 (1934b)(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. Escola Normal Official. Montes Claros: Gazeta do Norte. Anno XVIII. no 978, 24 de agosto de 1935(Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

LAMBERT, Levindo. Cantos escolares. Belo Horizonte: REVISTA DO ENSINO: OrgamOfficial da Directoria da Instrução. Ano VII. n. 87-88, 15 de maio de 1933a. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

LAMBERT, Levindo. Cantos escolares. Belo Horizonte: REVISTA DO ENSINO: OrgamOfficial da Directoria da Instrução. Ano VII. n. 90-91, 1º de julho de 1933b. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

O OPERARIO. Montes Claros: O Operário: semanário da União Operaria e Patriótica. Ano II. nº 91. 26 de agosto de 1933 (Acervo da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriant - Belo Horizonte-MG).

PEREIRA, Gustavo. Era uma vez - O velho, o menino e a mulinha. Belo Horizonte: REVISTA DO ENSINO: Orgam Oficial da Directoria da Instrução. Ano II.n.12, Março de 1926 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

RAYMUNDO NETTO, José. Pela instrução. Escola Normal Oficial: GAZETA DO NORTE: semanário literário e independente. GAZETA DO NORTE: semanário literário e independente. Ano XVII,nº 925, 11 de agosto de 1934. (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

REVISTA DO ENSINO: Órgam Official da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. nº 01. 08 de março de 1925 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

REVISTA DO ENSINO: OrgamOfficial da Directoria da Instrução. O ensino da orthographia usual. Adaptado do “Manual General de I’InstructionPrimaire”. Ano II. n. 12, 1926.(Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

REVISTA DO ENSINO: OrgamOfficial da Directoria da Instrução. Actos oficiais - Instruções aos diretores das Escolas Normais. Ano IV. n. 29, 1929.(Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

VASCONCELOS, Branca de Carvalho. O canto nas escolas. Belo Horizonte: Revista do Ensino: OrgamOfficial da Directoria da Instrução. Ano VII. n. 90-91, 1º de julho de 1933b. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

Referências

ARAUJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista *A Escola*. In.: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (orgs). **Novos temas em história da educação: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG:EDUFU. 2002. p. 91- 132.

ARAUJO, Marta Maria. A educação tradicional e a educação nova no ‘Manifesto dos pioneiros’. In: XAVIER, Maria do Carmo (org). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Fumec, 2004. p.131-146.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. MariaManuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

LEMOS JÚNIOR, Wilson. **Canto orfeônico**: uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005 (Dissertação).

HAMDAN, Juliana Cesário. Firmino Costa na Revista do Ensino: do método intuitivo à escola ativa. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (orgs); **História de práticas educativas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. P. 301-325.

OLIVEIRA, Flavio Couto e Silva de. Educação estética e modernidade: aula de música nas escolas mineiras durante as primeiras décadas do século XX. In. **História da educação em Minas Gerais**. LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães etall (orgs). Belo Horizonte: FHC/FUMEC, 2002. p.161-172.

OLIVEIRA, Flavio Couto e Silva de. Da meia-luz dos instintos à plena claridade da inteligência. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (orgs); **História de práticas educativas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 353-377.